



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 001/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR A CLÍNICA VETERINÁRIA MUNICIPAL, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGO-PB, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA CHAVES DE MELO, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Ministro José Américo, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.436.548/0001-03, neste ato representado por seu gestor Fabiano Fernandes de Lagos, brasileiro, casado, CPF sob o nº: 061.635.914-45 e RG nº: 3123544 SSP/PB, doravante denominado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e **ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA CHAVES DE MELO**, pessoa física, residente domiciliada na Rua Luiza Ursino de Oliveira, s/n, Área Rural, Congo-PB, inscrito no CPF sob o nº 805.012.734-68, RG nº 1.856.669 SSDS/PB, a seguir denominada LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado no Bairro Prado, com terreno com área de 7.812 m² e imóvel medindo 6 x 12 metros de fundo, para sediar a Clínica Veterinária Municipal. Configurando assim, o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CNPJ sob o nº: 11.436.548/0001-03.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1- Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2- Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3- O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

Pelo término do prazo contratual

Por iniciativa do contratado

Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;

Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

30.60 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.304.2011.2052 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE DE ZOONOSE
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FABIANO FERNANDES DE LAGOS
LOCATÁRIO

ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA CHAVES DE MELO
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 002/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR O CURSO DE CONFEITARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E JAILSON PEREIRA BARROS DE SOUSA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **JAILSON PEREIRA BARROS DE SOUSA**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Lucas Alexandre Farias Neves, Centro, Coxixola/PB, inscrito no CPF sob o nº: 071.438.814-90, RG nº: 3.064.770 SSDS/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel (galpão) situado na Rua Maria de Sousa Marcolino, medindo área total de 200m², para sediar o **CURSO DE CONFEITARIA**, da Assistência Social e Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 01 (mês), contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **500,00** (quinhentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1- Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2- Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3- O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

Pelo término do prazo contratual

Por iniciativa do contratado

Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;

Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.244.2009.2059 – IMPLQANTAR O PROGRAMA SOCIAL – CAPACITA CONGO
699 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
3.3.90.36.01 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
LOCATÁRIO

JAILSON PEREIRA BARROS DE SOUSA
LOCADOR



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 003/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR A CASA DE APOIO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGO-PB, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E MARIA PEREIRA DE FARIAS, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Ministro José Américo, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.436.548/0001-03, neste ato representado por seu gestor Fabiano Fernandes de Lagos, brasileiro, casado, CPF sob o nº: 061.635.914-45 e RG nº: 3123544 SSP/PB, doravante denominado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e **MARIA PEREIRA DE FARIAS**, pessoa física, residente domiciliada na Rua Oswaldo Saad, Nº295, Jardim Scandia, Taboão da Serra, São Paulo-SP, inscrito no CPF sob o nº 086.901.608-33, RG nº 5.541.383-4 SSP/SP, a seguir denominada LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionalizado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado na Rua Moisés Conegundes de Oliveira, medindo 10 metros de largura (frente e fundos) por 21 metros de comprimento, para sediar a Clínica Veterinária Municipal. Configurando assim, o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CNPJ sob o nº: 11.436.548/0001-03.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Prestar serviços com qualidade e eficiência.
2. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
3. O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

30.60 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.2011.2046 – MANTER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FABIANO FERNANDES DE LAGOS
LOCATÁRIO

MARIA PEREIRA DE FARIAS
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 004/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E MEIO AMBIENTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E JOSEFA ALMEIDA DA SILVA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **JOSEFA ALMEIDA DA SILVA**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Senador Rui Carneiro, s/n, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 049.421.458-99, RG nº: 37.584.164-7 SSP/SP, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convenicionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado na Rua José Lucas Irmão, para sediar a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Congo-PB.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **500,00** (quinhentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Prestar serviços com qualidade e eficiência.
2. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exaço no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
3. O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA DE AGR., ABASTECIMENTO, PESCA E MEIO AMBIENTE
20.606.1002.2013 – MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

JOSEFA ALMEIDA DA SILVA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 005/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E LAZER – SECTURDES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E MANOEL CRISMERIO PEREIRA DOS SANTOS, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **MANOEL CRISMERIO PEREIRA DOS SANTOS**, pessoa física, residente domiciliado Rua Senador Rui Carneiro, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 380.445.364-34, RG nº: 868.886 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado na Rua Vicente Nogueira Batista, s/n, centro, Congo-PB, com área edificada de 6m de frente por 18 de fundos, para sediar a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, configurando assim o interesse público pelo local.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **500,00** (quinhentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Prestar serviços com qualidade e eficiência.
2. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
3. O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA DE CULTURA, TUR. DESPORTO E LAZER
13.392.2006.2030 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECTURDES
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

MANOEL CRISMERIO PEREIRA DOS SANTOS
LOCADOR



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 006/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E GEORGIA FERNANDES DA SILVA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Ministro José Américo, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.436.548/0001-03, neste ato representado por seu gestor Fabiano Fernandes de Lagos, brasileiro, casado, CPF sob o nº: 061.635.914-45 e RG nº: 3123544 SSP/PB, doravante denominado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e, **GEORGIA FERNANDES DA SILVA**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Pedro Lucas Irmão, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 265.946.138-47, RG nº: 32.166.315-5 SSP/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado na Rua Joaquim Alves Tiu, medindo 12x12m para sediar o Centro de Atenção Psicossocial-CAPS, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **800,00** (oitocentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Prestar serviços com qualidade e eficiência.
2. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
3. O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.60 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.2011.2051 – MANTER AS ATIVIDADES DO CAPS
600 – Transferência Fundo a Fundo prov. do Governo Federal – Bloco Custeio
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FABIANO FERNANDES DE LAGOS
LOCATÁRIO

GEORGIA FERNANDES DA SILVA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 007/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR O CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E FRANCIALINE SALES DE SOUZA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **FRANCIALINE SALES DE SOUZA**, pessoa física, residente domiciliada na Rua Ministro José Américo, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 068.141.424-30, RG nº: 3.158.938 SDS/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado na Rua Ministro José Américo, medindo 4x 12m, para sediar a sede do Conselho Tutelar do Município de Congo-PB.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **700,00** (setecentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Prestar serviços com qualidade e eficiência.

2. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
3. O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- I. Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- II. Cumprir os termos do Contrato
- III. Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.243.2009.2034 – MANter AS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

FRANCIALINE SALES DE SOUZA FEITOZA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 008/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR O ABTEDOURO PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E NEUSA JORDÃO NOGUEIRA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **NEUSA JORDÃO NOGUEIRA**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Senador Rui Carneiro, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 361.657.014-68, RG nº: 72792 SSP/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionalizado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um abatedouro Público Municipal, situado na Rua João de Sousa Lima, Centro, Congo-PB, com área edificada de 25m de frente por 24m de fundos, para sediar um Matadouro Público Municipal, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **800,00** (oitocentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.

- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exação no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA DE AGR., ABASTECIMENTO, PESCA E MEIO AMBIENTE
20.606.1002.2013 – MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

NEUSA JORDÃO NOGUEIRA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 009/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR O CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E ADENILDO GOMES DE FARIAS, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **ADENILDO GOMES DE FARIAS**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Ministro José Américo, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 978.303.304-25, RG nº: 1.530.222 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua Vicente José Bezerra, Centro, Congo-PB, com área edificada de 12m de frente e 30m de fundos, totalizando 360m, para sediar o Centro de Profissionalização da Indústria Têxtil da Prefeitura Municipal de Congo-PB.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **1.200,00** (mil e duzentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- Cumprir os termos do Contrato
- Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- Pelo término do prazo contratual
- Por iniciativa do contratado
- Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

ADENILDO GOMES DE FARIAS
LOCADOR



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 011/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS POPULARES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E JOSÉ MARCOLINO NETO, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **JOSÉ MARCOLINO NETO**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Senador Rui Carneiro, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº:063.788.234-21, RG nº: 2.301.155 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado a Rua José Queiroz de Freitas, com área edificada de 9,5 m de frente por 6,0m de fundos, para sediar o Espaço do Centro de Comercialização de Produtos Populares. Ficando as adequações no prédio para funcionamento do objeto por conta da Prefeitura Municipal de Congo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **800,00** (oitocentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA DE CULTURA, TUR. DESPORTO E LAZER
13.392.2006.2030 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECTURDES
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

JOSÉ MARCOLINO NETO
LOCADOR



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 012/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E JOSEFA MARIA FEITOZA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, JOSEFA MARIA FEITOZA, pessoa física, residente domiciliado na Rua Ministro José Américo, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº:037.596.628-54, RG nº: 295.559 SSP/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreeve, têm entre si justo e convenionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado na Av. Dr. Vicente Nogueira Batista, Centro, Congo-PB, com área edificada de 10m de frente por 20m de fundos, para sediar o Espaço do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ficando as adequações no Prédio para Funcionamento do objeto por conta da Prefeitura Municipal de Congo-PB.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

- O valor do aluguel mensal será de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
-

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- Cumprir os termos do Contrato
- Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- Pelo término do prazo contratual
- Por iniciativa do contratado
- Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

08.244.2009.2038 – MANTER AS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SCFV – CRÁS)

660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS

3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

JOSEFA MARIA FEITOZA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 013/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DE DEPOSITO DE MATERIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE CONGO E MARIA ELIANE RAMOS FEITOZA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICIPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **MARIA ELIANE RAMOS FEITOZA**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Moisés Conegundes de Oliveira, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 062.526.834-26, RG nº: 2.302.026 SDS/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionalado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado a Rua Moisés Conegundes de Oliveira, com área edificada de 6m de frente por 20m de fundos, para sediar o Espaço/Deposito de matérias, da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **700,00** (setecentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exaço no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.2002.2041 – MANTER AS ATIVIDADES DA INFRAESTRUTURA

500 – Recursos não Vinculados de Impostos

3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

MARIA ELIANE RAMOS FEITOZA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 015/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - CAEE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E ANASIENE DA SILVA SOUZA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **ANASIENE DA SILVA SOUZA**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Emídio Lucas da Silva, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 090.592.944.67, RG nº: 5.784.855 SSP/PE, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convenicionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado na Rua Deputado Jacinto Dantas, Centro, Congo-PB, medindo 11m de frente por 19m de fundos, para o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado - CAEE, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **1.000,00** (mil reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exaço no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.2001.2019 – MANTER AS ATIV. DO ENSINO FUND. – FUNDEB 30%
540 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

ANASIENE DA SILVA SOUZA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 016/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR A EXTENSÃO DO SCFV – AULAS DE JIU-JITSU DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E JOSÉ NUNES NETTO, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **JOSÉ NUNES NETTO**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Ministro José Américo, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº:543.571.104-59, RG nº: 564.228 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convenicionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado na Rua Ministro José Américo, Centro, Congo-PB, com área edificada de 6m de frente por 20,5m de comprimento de fundos, totalizando 165m, para sediar a extensão do SCFV – aulas de Jiu-Jitsu.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **700,00** (setecentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.

- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.244.2009.2038 – MANTER AS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SCFV – CRAS)
660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

JOSÉ NUNES NETTO
LOCADOR



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 017/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR O ESPAÇO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E ANA JENEVIEVE FEITOZA, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **ANA JENEVIEVE FEITOZA**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Ministro José Américo, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 032.623.414-44, RG nº: 2.301.326 SSDS/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionalizado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado na Rua Ministro José Américo, Centro, Congo-PB, medindo 5,00 x 25,50m de fundos, para sediar o espaço do Programa Criança Feliz da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **700,00** (setecentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.243.2009.2033 – MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

ANA JENEVIEVE FEITOZA
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 018/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E MANOEL CRISMÉRIO PEREIRA DOS SANTOS, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emmanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **MANOEL CRISMÉRIO PEREIRA DOS SANTOS**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Senador Rui Carneiro, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 380.445.364-34, RG nº: 868.886 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscrive, têm entre si justo e convenicionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

- 1 Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado na Rua Deputado Álvaro Gaudêncio, Centro, Congo-PB, para sediar a Secretaria Municipal de Infraestrutura-SEINFRA, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **800,00** (oitocentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.

- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.452.2002.2041 – MANter AS ATIVIDADES DA INFRAESTRUTURA
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO

LOCATÁRIO

MANOEL CRISMÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

LOCADOR



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 019/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA "CAPACITA CONGO", QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E KÁTIA VALÉRIA JORDÃO NOGUEIRA LIBERAL BIONE, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **KÁTIA VALÉRIA JORDÃO NOGUEIRA LIBERAL BIONE**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Vicente José Bezerra, 399, Centro, Congo/PB, inscrito no CPF sob o nº: 368.162.214-00, RG nº: 732.594 SSDS/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convenicionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel denominado **Clube 15 de Maio**, localizado na Rua Senador Rui Carneiro, S/N, Centro, Congo-PB, para sediar atividades relacionadas à execução dos cursos profissionalizantes do programa "Capacita Congo", instituído pela Lei Municipal nº 310/2023. Este programa é promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município do Congo-PB, em consonância com os objetivos e diretrizes estabelecidos na referida legislação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **1.200,00** (mil e duzentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor

do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.244.2009.2061 - IMPLANTAR O PROGRAMA SOCIAL – CAPACITA CONGO
669 – Outro Recursos Vinculados à Assistência Social
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

KÁTIA VALÉRIA JORDÃO NOGUEIRA LIBERAL BIONE
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 020/2025.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR O CENTRO DE APOIO AO PRODUTOR DE LEITE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E EVA POLIANA PAIVA NEVES, CONGO-PB - ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Dr. Vicente Nogueira Batista, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por sua Prefeita, Flávia Emanoela Sousa Pereira Quirino, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e, **EVA POLIANA PAIVA NEVES**, pessoa física, residente domiciliado na Rua Antonio José Santiago, Malvinas, Campina Grande-PB, inscrito no CPF sob o nº: 034.347.714-92, RG nº: 2529819 SSP/PB, a seguir denominado LOCADORA, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionalizado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel, situado na Rua Emidio Lucas da Silva, nº158, Centro, Congo-PB, com área medindo 91m de terreno e 61m de área construída para sediar o Centro de Apoio ao Produtor de Leite, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ **400,00** (quatrocentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1 Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2 Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3 O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA DE AGR., ABASTECIMENTO, PESCA E MEIO AMBIENTE
20.606.1002.2013 – MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA
500 – Recursos não Vinculados de Impostos
3.3.90.36.01 – Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de janeiro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
LOCATÁRIO

EVA POLIANA PAIVA NEVES
LOCADORA



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXV** /EDIÇÃO 01 DE JANEIRO DE 2025